

Concurso Público Prefeitura Municipal de Araçuaí/MG

Julgamento dos Recursos em 13/04/2012 conforme item 7.1 do Edital nº 001/2011.

Recorrentes/Inscrições/Cargo:

| | | |
|---|-------|-------------|
| Anarleia Souza Santos | 10312 | Professor I |
| <p>O desempenho das atribuições sobre pautas que indicam atitudes retas, leais, justas e honestas ao serviço público pode ser classificado como:</p> <p>[A] Um dever de improbidade de um administrador público. [B] Um dever de prestar contas de um administrador público. [C] Um dever de probidade de um administrador público. Um dever de eficiência de um administrador público</p> <p>A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado.</p> <p>Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.</p> <p>ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.</p> <p>ASPECTO 2 – Cremos que houve um equívoco na interpretação da assertiva no que se refere à “eficiência” e “probidade”.</p> <p>Entendemos que a “Eficiência” é a obtenção do melhor resultado com o uso racional dos meios. Hely Lopes Meirelles fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-o como</p> <p><i>“o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”.</i></p> <p>Já a probidade, consiste em honradez, integridade de caráter, honestidade. A probidade configura a retidão no agir consoante tais valores perante uma dada atribuição.</p> <p>Recurso Indeferido.</p> | | |
| Anderson Pereira Santos | 10159 | Motorista |
| <p>Questão 37</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p>Araçuaí: Jovem morre após fazer ultrapassagem proibida. Disponível em http://aranas.com.br, 26/10/2011, acesso em 04.02.2012</p> </div> <p>Todo condutor ao efetuar a ultrapassagem deve:</p> <p>a) Fazer a ultrapassagem o mais rápido possível, permitindo ultrapassar apenas três carros da pista pretendida. b) Indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.</p> | | |

- c) Ficar bem próximo do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que não deixe distância lateral.
d) Acelerar o veículo ao máximo para percorrer a pista contrária o mais breve possível, sem acionar a luz indicadora de direção do veículo.

Razões

As argumentações do candidato ao cargo contra a presente questão procedem de acordo com a Lei nº 9.503 (1997).

Julgamento

Recurso DEFERIDO

Questão anulada

Ângela Maria Oliveira Guimarães

9560

Psicólogo

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
b) Compaixão
c) Indignação
d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Ary Gonzaga Jayme

10194

Advogado

Questão 23

Sobre as modificações que consolidaram os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no transcorrer dos anos, podemos afirmar, exceto:

- a) Esse Poder é exercido pelo Congresso Nacional, que atua através do Senado Federal, composto por senadores, e da Câmara dos Deputados, formada por deputados. O Tribunal de contas também compõe esse órgão, auxiliando o Congresso na fiscalização financeira, operacional, orçamentária, contábil e patrimonial da União e das entidades da administração pública direta e indireta, quanto à legitimidade, legalidade e economicidade.
b) O Legislativo estabelece normas que regem a sociedade. Cabe a ele criar leis em cada uma das três esferas e fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Como o presidente da República não pode legislar, seu principal instrumento é a medida provisória.
c) O Executivo é responsável pela administração dos interesses públicos, sempre de acordo com nossa carta magna e as

ordenações legais. A Constituição regula-o através dos artigos 76 ao 91. O executivo é distribuído no âmbito nacional, regional e municipal.

- d) No plano Federal é exercido pelo Presidente da República, que é escolhido pelo povo, em eleições de dois turnos, e substituído, quando necessário, pelo vice-presidente. Já no nível regional o executivo é representado pelo governador, substituído circunstancialmente pelo vice-governador e auxiliado pelos Secretários do Estado.

Recurso Indeferido.

A resposta correta da questão número um é a letra “B”, pois:

O candidato alega que a questão D também está incorreta, no entanto de acordo com o artigo

<http://perse.doneit.com.br/textbook/N1331761594084/Amostra.pdf> observamos que a alternativa está correta : O

Executivo é responsável pela administração dos interesses públicos, sempre de acordo com nossa carta magna e as ordenações legais. A Constituição regula-o através do artigo 76 até o 91. O executivo é distribuído no âmbito nacional, regional e municipal. No plano Federal é exercido pelo Presidente da República, que é escolhido pelo povo, em eleições de dois turnos, e substituído, quando necessário, pelo vice-presidente. Já no nível regional o executivo é representado pelo governador, substituído circunstancialmente pelo vice-governador e auxiliado pelos Secretários do Estado. No municipal quem o exerce é o Prefeito, substituído pelo vice-prefeito e auxiliado pelos Secretários Municipais. Sendo assim, considero o recurso indeferido pois a alternativa está correta.

Questão 24

24) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em qualquer hipótese, instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça.
- d) O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.

Recurso Deferido

A argumentação do candidato faz-se correta, sendo assim, a questão deve ser anulado por conter duas alternativas (c e d) incorretas.

Questão 31

Também no Direito Clássico, é a posse oriunda de causa reconhecida como idônea para a aquisição do domínio; a ela, além dos elementos de fato que constituem o elemento objetivo e o elemento subjetivo, acresce um elemento jurídico (a causa apta à aquisição do domínio) que é a condição fundamental para a produção das conseqüências substanciais da posse, como o usucapião, a aquisição de frutos, a utilização da ação pública.

Opte pela alternativa correta sobre o trecho exposto acima:

- a) Os legisladores atuais apontam que, para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja, que venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.
- b) Se a posse for injusta, o possuidor será garantido nela apenas contra terceiros que tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.
- c) Quanto à posse, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto, não de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes.
- d) Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse não ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta). De acordo com o Direito Romano, a aquisição de posse ou início de posse, se dá

quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

Razões

Os legisladores atuais apontam que para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja que não venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.

Se a posse for injusta, o possuidor será garantido em sua posse apenas contra terceiros que não tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.

Quanto à posse ad usucapionem, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto hão de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes (Código Civil, artigo 551).

Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta).

IV. Aquisição e Perda da Posse:

De acordo com o Direito Romano a aquisição de posse ou início de posse, se dá quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

A alternativa correta é a alternativa C, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa "C" divulgada no Gabarito Oficial.

Cleide Vilarino Carvalho

10118

Professor I

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- [A] Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- [B] A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- [C] A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- [D] É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "D".

A alternativa "A" não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

"Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade..."

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Deusdilne Pereira Silva

10040

Professor I

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- [A] Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- [B] A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- [C] A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- [D] É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Ede Amaral Figueiredo

10263

Professor I

O desempenho das atribuições sobre pautas que indicam atitudes retas, leais, justas e honestas ao serviço público pode ser classificado como:

- (a) Um dever de improbidade de um administrador público.
- (b) Um dever de prestar contas de um administrador público.
- (c) Um dever de probidade de um administrador público.
- (d) Um dever de eficiência de um administrador público

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

ASPECTO 2 – Cremos que houve um equívoco na interpretação da assertiva no que se refere à “eficiência” e “probidade”.

Entendemos que a “Eficiência” é a obtenção do melhor resultado com o uso racional dos meios. Hely Lopes Meirelles fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-o como

“o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”.

Já a probidade, consiste em honradez, integridade de caráter, honestidade. A probidade configura a retidão no agir consoante tais valores perante uma dada atribuição.

Recurso Indeferido.

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- [A] Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- [B] A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- [C] A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- [D] É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

Diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Edivania Pereira de Souza

9495

Professor de Inglês

Houve um erro na divulgação do gabarito, a resposta correta é a letra “d”, conforme segue:

Questão 39

Assinale a alternativa que completa a lacuna da frase abaixo.

“Hello, Paul. What are you doing?

“I _____ my glasses.”

- a) were looking
- b) had looked
- c) has been looking
- d) am looking for

Recurso Deferido

Houve um erro na divulgação do gabarito, a resposta correta é a letra “D”.

Eliana Cardoso do Amaral

9316

Agente Administrativo

Questão 24

O bioma característico do município de Araçuaí (MG) é a mata atlântica. E deste bioma pode-se afirmar que:

- a) A Mata Atlântica é caracterizada pela presença de árvores de médio e grande porte, formando uma floresta fechada e densa.
- b) É reconhecida por sua rica biodiversidade, com presença de diversas espécies animais e vegetais.
- c) Na Mata Atlântica, as árvores de grande porte formam um microclima na mata, gerando sombra e umidade.
- d) Nesse bioma, há forte presença de arbustos com galhos retorcidos e com raízes profundas, além de presença de cactos e bromélias.

Razões

As alternativas “A”, “B” e “C” procedem à temática “mata atlântica”. O que compromete à bservamos que o enunciado

deveria solicitar marcação da “exceção” à temática “mata atlântica”, o que comprometeu o bom entendimento da mesma. Optamos, portanto, pela anulação da mesma.

Recurso DEFERIDO

Questão anulada

Ethiara Vieira de Macedo

10308

Psicólogo

Questão 01

Algumas palavras do título do texto fazem com que o leitor se lembre de uma cantiga conhecidíssima. O autor as utiliza para:

- a) Explicitar o modo como estava sua criação poética.
- b) Ligar os substantivos a sua contestação.
- c) Chamar a atenção do leitor.
- d) Criar um aspecto poético.

Razões

A única alternativa que responde a questão é a Alternativa A uma vez que o autor deixa claro que: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte. Não encontrarás um cravo ou uma rosa, uma flor na minha literatura. Mas encontrarás um punhal ou um fuzil, encontrarás uma arma contra os inimigos da beleza, contra aqueles que amam as trevas e a desgraça, a lama e os esgotos, contra esses restos de podridão que sonharam esmagar a poesia, o amor e a liberdade!” Portanto, essa alternativa é a mais adequada pois é corroborada pelo trecho acima, retirado do texto.)

As demais alternativas não respondem a questão pois o uso das palavras vai além disso.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “A” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.

- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo.

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

“as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar...”

“Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?”

“Porque elas estão perigando, todas elas, os trigais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto.”

“Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos...”

“Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?”

“... desde o crepúsculo aos olhos da amada...”

“... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também...”

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”. O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

| | | |
|----------------------------------|------|-------------|
| Geralda Aparecida Luiz de Aguiar | 9003 | Professor I |
|----------------------------------|------|-------------|

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- (a) Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- (b) A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- (c) A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- (d) É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Julgamento

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Questão 07

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.
- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

“as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar...”

“Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?”

“Porque elas estão perigando, todas elas, os trigais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto.”

“Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos...”

“Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?”

“... desde o crepúsculo aos olhos da amada...”

“... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também...”

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”. O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 15

O substantivo abstrato que completa corretamente a lacuna da frase abaixo é:

“O (A) _____ da manhã aos poucos ia esmaecendo, dando lugar ao sol.”

- a) Negrura
- b) Negritude
- c) Negrume
- d) Negror

Razões

A resposta correta da questão quinze pode ser duas alternativas, o que é inaceitável. O enunciado foi elaborado erroneamente. Portanto, a questão deve ser anulada

Julgamento

Questão anulada.

Questão 21

21- As funções básicas do Estado permanecem desde a época de Aristóteles. Não se pode confundir função com objetivos estatais, as finalidades vão desde a natureza econômica e militar até a cultural. As funções básicas na antigüidade eram:

- a) A consultiva, a administrativa e a judiciária.
- b) A segurança, a fiscalização e a consolidação.
- c) A confiança, a justiça e a segurança.
- d) A igualdade, a justiça e a administrativa.

Resposta A

Recurso Indeferido.

A argumentação de que “A questão provavelmente foi retirada de um artigo encontrado no site do google”, não procede, afinal é sabido que o Google.com não armazena arquivos, na verdade ele é um motor de busca que pode encontrar qualquer conteúdo em todo o mundo vasto da Internet. A questão se refere ao “**Direito Constitucional: Poderes e funções do Estado**”, conteúdo descrito no conteúdo programático do Edital, a fonte usada para a elaboração da questão é um site dedicado aos profissionais e estudantes de direito (jusvi.com).

O fato de o artigo ter sido retirado de um site como esse só deixa claro que o conteúdo não só fazia parte do descrito no Edital, como também é acessível a todos os candidatos do concurso.

Logo, mantém-se o gabarito conforme divulgado.

Questão 23

Sobre as modificações que consolidaram os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no transcorrer dos anos, podemos afirmar, exceto:

- a) Esse Poder é exercido pelo Congresso Nacional, que atua através do Senado Federal, composto por senadores, e da Câmara dos Deputados, formada por deputados. O Tribunal de contas também compõe esse órgão, auxiliando o Congresso na fiscalização financeira, operacional, orçamentária, contábil e patrimonial da União e das entidades da administração pública direta e indireta, quanto à legitimidade, legalidade e economicidade.
- b) O Legislativo estabelece normas que regem a sociedade. Cabe a ele criar leis em cada uma das três esferas e fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Como o presidente da República não pode legislar, seu principal instrumento é a medida provisória.
- c) O Executivo é responsável pela administração dos interesses públicos, sempre de acordo com nossa carta magna e as ordenações legais. A Constituição regula-o através dos artigos 76 ao 91. O executivo é distribuído no âmbito nacional, regional e municipal.
- d) No plano Federal é exercido pelo Presidente da República, que é escolhido pelo povo, em eleições de dois turnos, e substituído, quando necessário, pelo vice-presidente. Já no nível regional o executivo é representado pelo governador, substituído circunstancialmente pelo vice-governador e auxiliado pelos Secretários do Estado.

Recurso indeferido. A resposta correta da questão número um é a letra “B”, pois:

O candidato alega que a questão D também está incorreta, no entanto de acordo com o artigo

<http://perse.doneit.com.br/textbook/N1331761594084/Amostra.pdf> observamos que a alternativa está correta : O

Executivo é responsável pela administração dos interesses públicos, sempre de acordo com nossa carta magna e as ordenações legais. A Constituição regula-o através do artigo 76 até o 91. O executivo é distribuído no âmbito nacional, regional e municipal. No plano Federal é exercido pelo Presidente da República, que é escolhido pelo povo, em eleições de dois turnos, e substituído, quando necessário, pelo vice-presidente. Já no nível regional o executivo é representado pelo governador, substituído circunstancialmente pelo vice-governador e auxiliado pelos Secretários do Estado. No municipal quem o exerce é o Prefeito, substituído pelo vice-prefeito e auxiliado pelos Secretários Municipais. Sendo assim, considero o recurso indeferido pois a alternativa está correta.

Questão 27

27- Conforme a Teoria de Ihering (objetiva): Considera que a posse é a condição do exercício da propriedade. Critica veementemente Savigny, para ele a distinção entre corpus e animus é irrelevante, pois a noção de animus já se encontra na de corpus, sendo a maneira como o proprietário age em face da coisa de que é possuidor.

Opte pela alternativa incorreta sobre o trecho exposto acima.

a) A lei protege todo aquele que age sobre a coisa como se fosse o proprietário, explorando-a, dando-lhe o destino para que economicamente foi feita. Em geral, quem assim atua é o proprietário, de modo que, protegendo o possuidor, quase sempre o legislador está protegendo o proprietário.

b) Protege-se a posse porque ela é a exteriorização do domínio, pois o possuidor é o proprietário presuntivo. Tal proteção é conferida através de ações possessórias. Enquanto a ação reivindicatória é a propriedade na ofensiva, a ação possessória é a propriedade na defensiva. Desse modo, a proteção possessória é um complemento à defesa da propriedade, pois através dela, na maioria das vezes, vai o proprietário ficar dispensado da prova de seu domínio.

c) Para se facilitar ao proprietário a defesa de seu interesse, em alguns casos vai o possuidor obter imerecida proteção. Isso ocorre quando o possuidor não é o proprietário, mas um intruso. Como a lei protege a posse, independentemente de se fundamentar ou não em direito, esse possuidor vai ser protegido, em detrimento do verdadeiro proprietário.

d) Quanto à natureza jurídica da posse, sustenta Savigny que a posse é ao mesmo tempo um direito e um fato. Considerada em si mesma é um fato; considerada nos efeitos que gera, isto é, usucapião e interditos, ela se apresenta como um direito. Para Ihering, a posse não é um direito. Partindo de sua célebre definição de direito subjetivo, segundo a qual aquele é o interesse juridicamente protegido, é evidente a natureza jurídica da posse.

RESPOSTA: D

Recurso Indeferido.

A argumentação de que “A questão provavelmente foi retirada de um artigo encontrado no site do google”, não procede, pois é sabido que o Google.com não armazena arquivos, na verdade ele é um motor de busca que pode encontrar qualquer conteúdo em todo o mundo vasto da Internet. A questão se refere ao “**Direito Civil: Direito das coisas - posse e propriedade**”, conteúdo descrito no conteúdo programático do Edital, a fonte usada para a elaboração da questão é um site usado como fonte de pesquisa para estudantes e *concurandos*.

O fato de o artigo ter sido retirado de um site como esse só deixa claro que o conteúdo não só fazia parte do descrito no Edital, como também é acessível a todos os candidatos do concurso.

Logo, mantém-se o gabarito conforme divulgado.

Questão 32

32- Analisando através do Direito Clássico, temos que o animus é visto como a intenção de assenhorar-se completamente da coisa, tendo sobre ela poder de fato exclusivo e independente (animus possidendi); e o possessio naturalis (a simples detenção) não exige esta intenção, bastando apenas o elemento físico (o corpus). Já no Direito Pós-Clássico o animus passa a ser para a posse o elemento preponderante, e no Direito Justiniano, prevalece o animus domini.

Opte pela alternativa incorreta sobre o trecho exposto acima.

a) Em regra, seja o próprio possuidor que inicie por si a posse, esta também pode ser adquirida por meio de representantes, existindo então o corpus por outrem, que detém a coisa em lugar do que tem o animus de possuí-la. No início o pater familias adquiria a posse por meio do filho ou do escravo, que aparecem como instrumentos de sua vontade, mais tarde, a posse pôde ser adquirida por meio de um procurador, depois por terceiro (corpore alieno) e finalmente, por meio de qualquer estranho (per liberam personam), desde que houvesse a ratificação da pessoa em favor de quem a posse era iniciada.

b) É importante salientar que o detentor pode transformar a detenção em posse sob a alegação de que passou a ter o animus possidendi, pois, no Direito Romano vigorava a regra de que a ninguém é dado, por si, mudar a causa de sua posse. Segundo Silvio Rodrigues, é de pouca utilidade esta enumeração, pois se a posse é uma situação de fato e se o possuidor é aquele que exerce poderes inerentes ao domínio é evidente que quem quer que se encontre no exercício de tais poderes é porque adquiriu a posse.

c) Tendo em vista a manifestação da vontade do agente: por ato unilateral, que são os casos de apreensão, de exercício do direito e de dispor da coisa ou do direito; ou ato bilateral, que é o caso da tradição, isto é, a transferência da posse de um possuidor a outro. A apreensão pode recair sobre coisa sem dono, com também sobre coisas de outrem, mesmo sem a anuência do proprietário.

d) Tendo em vista a origem da posse: distingue-se em originária, quando não há relação de causalidade entre a posse atual e a anterior (sem vícios anteriores); ou derivada quando acontece o contrário (com vícios anteriores). A regra está no artigo 492 do Código Civil, que presume manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida; e, aplicação prática dessa regra se vê no artigo 495 do mesmo código, que encarando a sucessão causa mortis, determina transmitir-se a posse com os mesmos caracteres, aos herdeiros e legatários do possuidor.

RESPOSTA: B

Recurso Indeferido.

A argumentação de que “A questão provavelmente foi retirada de um artigo encontrado no site do google”, não procede, pois é sabido que o Google.com não armazena arquivos, na verdade ele é um motor de busca que pode encontrar qualquer conteúdo em todo o mundo vasto da Internet. A questão se refere ao “**Direito Civil: Direito das coisas - posse e propriedade**”, conteúdo descrito no conteúdo programático do Edital, a fonte usada para a elaboração da questão é um site usado como fonte de pesquisa para estudantes e *concurandos*.

O fato de o artigo ter sido retirado de um site como esse só deixa claro que o conteúdo não só fazia parte do descrito no Edital, como também é acessível a todos os candidatos do concurso.

Logo, mantém-se o gabarito conforme divulgado.

Leda Marques Borges

9225

Assistente Social

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para

explicar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa "D" divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.
- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo.

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

"as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar..."

"Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?"

"Porque elas estão perigando, todas elas, os trigueiros e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto."

"Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos..."

"Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?"

"... desde o crepúsculo aos olhos da amada..."

"... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também..."

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: "amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte". O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: "amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte"

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa "C" divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 31

1- Conforme a lei orgânica da assistência social em seu Art. 4º. A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I – primazia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações.

Está correto o que se afirma em:

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas a II está correta
- c) Apenas I e II estão corretas

d) Apenas II, III e IV estão corretas

Recurso Deferido.

Primazia: s.f. (Lat. Tard. *primatia*). **1.** Dignidade de primaz. **2.** Preeminência, superioridade, excelência. **3.** Competência, rivalidade.

Supremacia: Superioridade absoluta; poder ou autoridade suprema; hegemonia: pretender a supremacia. Preeminência.

Sendo assim, considero o recurso da candidata deferido por se tratar do mesmo significado a palavra.

A questão citada passa de “D” para “A” a alternativa correta.

Lucielio Dias Lemes

9870

Motorista

Questão 37

Araçuaí: Jovem morre após fazer ultrapassagem proibida.

Disponível em <http://aranas.com.br>, 26/10/2011, acesso em 04.02.2012

Todo condutor ao efetuar a ultrapassagem deve:

- a) Fazer a ultrapassagem o mais rápido possível, permitindo ultrapassar apenas três carros da pista pretendida.
- b) Indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.
- c) Ficar bem próximo do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que não deixe distância lateral.
- d) Acelerar o veículo ao máximo para percorrer a pista contrária o mais breve possível, sem acionar a luz indicadora de direção do veículo.

Razões

As argumentações do candidato ao cargo contra a presente questão procedem de acordo com a Lei nº 9.503 (1997).

Recurso DEFERIDO

Questão anulada

Magda Matos Tanure do Amaral

10305

Professor I

Questão 04

“É dormir no chão para não cair da cama. É plantar verde pra colher maduro. É não meter a mão em cumbuca. Não dar passo maior que as pernas. Não amarrar cachorro com lingüiça.”

O trecho acima, sumariamente, não contempla:

- a) O mineiro desperto.
- b) O mineiro ativo.
- c) O mineiro sagaz.
- d) O mineiro agudo.

Razões

“É dormir no chão para não cair da cama. É plantar verde pra colher maduro. É não meter a mão em cumbuca. Não dar passo maior que as pernas. Não amarrar cachorro com lingüiça.”

O trecho acima, sumariamente, não contempla:

- a) O mineiro desperto. (Resposta incorreta, levando em conta o enunciado.)
- b) O mineiro ativo. (Resposta incorreta, levando em conta o enunciado.)
- c) O mineiro sagaz. (Resposta correta. Sagaz soa pejorativo. Segundo o dicionário Michaelis, sagaz significa criterioso, fino. É a única opção que menos se relaciona com o fragmento e com a referida questão.)
- d) O mineiro agudo. (Resposta incorreta, levando em conta o enunciado.)

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 06

O autor cita um apólogo mineiro para enriquecer o texto. Qual o significado de apólogo?

- a) Aneota.
- b) Fábula.
- c) Piada.
- d) Historieta.

Razões

a) Aneota. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

b) Fábula. (Resposta correta. Segundo o dicionário Michaelis, apólogo é alegoria moral, em que geralmente os animais ou coisas inanimadas falam e procedem como os homens, ou seja, o mesmo que fábula. “Apólogo mineiro: o boi velho e o boi jovem, no alto do morro — lá embaixo uma porção de vacas pastando. O boizinho, inconstante: — Vamos descer correndo, correndo e pegar umas dez? E o boizão, tranqüilamente: — Não: vamos descer devagar, e pegar todas.” No trecho há animais que falam e procedem como homens e ainda há também o fundo moral.)

c) Piada. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

d) Historieta. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- [A] Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- [B] A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- [C] A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- [D] É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Marconi Ferreira de Medei

10481

Agente Administrativo

Questão nº32

Houve um equívoco na questão.

A questão foi alterada de para questão B.

Marcos Antonio Peixinho

9118

Motorista

Questão 37

Araçuaí: Jovem morre após fazer ultrapassagem proibida.

Disponível em <http://aranas.com.br>, 26/10/2011, acesso em 04.02.2012

Todo condutor ao efetuar a ultrapassagem deve:

- a) Fazer a ultrapassagem o mais rápido possível, permitindo ultrapassar apenas três carros da pista pretendida.
- b) Indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.
- c) Ficar bem próximo do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que não deixe distância lateral.

d) Acelerar o veículo ao máximo para percorrer a pista contrária o mais breve possível, sem acionar a luz indicadora de direção do veículo.

Razões

As argumentações do candidato ao cargo contra a presente questão procedem de acordo com a Lei nº 9.503 (1997).

Julgamento

Recurso DEFERIDO

Questão anulada

Marta Lopes de Jesus

10773

Professor I

Questão 29

O desempenho das atribuições sobre pautas que indicam atitudes retas, leais, justas e honestas ao serviço público pode ser classificado como:

- (a) Um dever de improbidade de um administrador público.
- (b) Um dever de prestar contas de um administrador público.
- (c) Um dever de probidade de um administrador público.
- (d) Um dever de eficiência de um administrador público

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

ASPECTO 2 – Cremos que houve um equívoco na interpretação da assertiva no que se refere à “eficiência” e “probidade”.

Entendemos que a “Eficiência” é a obtenção do melhor resultado com o uso racional dos meios. Hely Lopes Meirelles fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-o como

“o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”.

Já a probidade, consiste em honradez, integridade de caráter, honestidade. A probidade configura a retidão no agir consoante tais valores perante uma dada atribuição.

Recurso Indeferido.

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- (a) Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- (b) A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- (c) A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- (d) É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Maria Antonia da Silva Jorge

9727

Advogado

Questão 38

Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

Assinale a opção **incorreta** quanto ao trecho acima.

- a) O conceito acima se refere apenas ao ato administrativo unilateral, que é formado com a vontade única da Administração, tratando-se de ato administrativo típico. Os atos bilaterais emanados pela administração podem ser verificados nos contratos administrativos.
- b) Surge o fato administrativo como uma realização material da administração, para o cumprimento de alguma decisão. Podemos verificar preliminarmente que o ato administrativo não é sempre uma manifestação da vontade da Administração, dentro do desempenho do Poder Público. O fato administrativo, por sua vez, vem como a materialização do ato administrativo, somente considerado pelo direito no que tange às conseqüências que dele resultam no mundo dos fatos – a relação entre administrador e administrado.
- c) A competência nada mais é do que o conjunto de atribuições fixadas na lei dadas ao agente administrativo para a consecução do interesse público descrito na norma. Essa mesma lei define a atribuição e estabelece seus limites, dando-lhe competência. Assim, esta norma atribui ao agente público o poder-dever de executar o ato.
- d) Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração.

“Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenham por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.” (MEIRELLES, 2006. p. 149)

Este conceito se refere apenas ao ato administrativo unilateral, que é formado com a vontade única da Administração, podemos dizer que via de regra assim se forma o ato, o ato administrativo típico. Os atos bilaterais emanados pela administração, podem-se verificar nos contratos administrativos.

Necessitamos traçar um paralelo entre o ato administrativo e o fato administrativo. Surge o fato administrativo como uma realização material da administração, para o cumprimento de alguma decisão. Podemos verificar preliminarmente que o ato administrativo é sempre uma manifestação da vontade da Administração, dentro do desempenho do Poder Público. O fato administrativo, por sua vez, vem como a materialização do ato administrativo, somente considerado pelo direito no que tange às conseqüências que dele resultam no mundo dos fatos – a relação entre administrador e administrado.

Outra diferença que podemos encontrar nesta mesma seara – e também para fins de diferenciação – é o ato administrativo e ato da Administração. O primeiro (que é o objeto do presente estudo) são os atos da gestão administrativa, uma vez que atos da administração são aqueles realizados materialmente pela Administração.

3. Requisitos

3.1. Competência

A competência nada mais é do que o conjunto de atribuições fixadas na lei dando ao agente administrativo para a

consecução do interesse público descrito na norma. Essa mesma lei é quem define a atribuição e estabelece seus limites, dando a competência. Assim, esta norma atribui ao agente público o poder-dever de executar o ato.

Podemos comparar este conjunto de atribuições com a capacidade no direito privado. A capacidade é definida como a qualidade imputada à alguém a titularidade de relações jurídicas.

Temos atribuições de competências a princípio discriminadas na Constituição, ou em legislação administrativa quando é possível a delegação. Caso houver norma disposta sobre esse assunto, a competência originária do órgão deve estar discriminada em lei.

“Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração.” (MEIRELLES, 2006. p. 151)

Dentre o pequeno trecho citado, podemos evidenciar este requisito como condição primeira da validade do ato administrativo. Assim sendo, seja o ato vinculado ou discricionário, não poderá ser validamente realizado se não tiver à disposição do agente o poder legal para realizá-lo.

Esta competência é requisito de ordem pública, sendo intransferível e improrrogável pela vontade de quem a detenha. Dentro da legalidade, pode ser avocada ou delegada – dentro de situações permitidas por normas regulamentadoras da Administração. Sem que haja lei para assim proceder, o administrador não pode a seu bel-prazer dispor desta conforme seu interesse.

3.2. Forma

Forma é a maneira pela qual o ato se apresenta, revela sua existência. A princípio, deve ser escrito. Esse modo é de suma importância, uma vez que surge como garantia contra arbitrariedades do administrador, contra um eventual abuso de poder.

O requisito vem como sendo o revestimento exteriorizador, imprescindível à sua perfeição como ato administrativo. Na relação entre particulares, predomina a livre manifestação da vontade. Na Administração Pública, há a exigência de procedimentos especiais prescritos em lei, sendo então a forma legal para a expressão válida dos atos.

A alternativa incorreta é a alternativa B, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão40

Por mérito administrativo temos a presença da valoração feita pela Administração quando esta decidir ou atuar internamente sobre as vantagens ou conseqüências do ato.

Assinale a opção **incorreta** quanto ao trecho acima.

- Os atos administrativos, como provem do Poder Público, são dotados de atributos que os tornam diferentes dos atos jurídicos no âmbito privado. Estes atributos gravam nos atos características que se lhes são próprias, não encontradas nos atos – que atualmente o Código Civil denomina de negócios jurídicos – emanados por particulares.
- Todos os atos administrativos – independente de seu tipo ou categoria – tem em seu bojo a presunção de legitimidade. Esta presunção vem do princípio constitucional da legalidade, inerente aos Estados de Direito, onde informa toda a ação governamental.
- A presunção de veracidade não surge dos fatos alegados pela Administração para a prática do ato, Estes devem ser tidos como verdadeiros até prova “em contrário”. A própria Constituição do Brasil estabelece que declarações e informações gozam de fé pública.
- A presunção de legitimidade desde logo autoriza a execução dos atos administrativos, mesmo que no momento sejam questionados em alguma parte – vícios ou defeitos que tornam o ato inválido. Enquanto não houver um pronunciamento definitivo sobre nulidade, os atos administrativos são válidos e operantes, independente de quem seja o destinatário.

3.4.1. Mérito do ato administrativo

Por mérito administrativo temos a presença da valoração feita pela Administração quando esta decidir ou atuar internamente sobre as vantagens ou conseqüências do ato.

4. Atributos

Os atos administrativos como provem do Poder Público, são dotados de atributos que os tornam diferentes dos atos jurídicos no âmbito privado. Estes atributos gravam nos atos características que se lhes são próprias, não encontradas nos atos – que atualmente o Código Civil denomina de negócios jurídicos – emanados por particulares.

Veremos esses atributos específicos que consistem na presunção de legitimidade, inoperatividade e auto-executoriedade além da tipicidade.

4.1. Presunção de Legitimidade e Veracidade

Todos os atos administrativos – independente de seu tipo ou categoria – tem em seu bojo a presunção de legitimidade. Esta presunção vem do princípio constitucional da legalidade, inerente aos Estados de Direito, onde informa toda a ação governamental.

A presunção de veracidade surge dos fatos alegados pela Administração para a prática do ato, Estes que devem ser tidos como verdadeiros até prova em contrário. A própria Constituição do Brasil estabelece que declarações e informações gozem de fé pública.

A presunção de legitimidade desde logo autoriza a execução dos atos administrativos, mesmo que no momento sejam questionados em alguma parte – vícios ou defeitos que tornam o ato inválido. Enquanto não houver um pronunciamento definitivo sobre nulidade, os atos administrativos são válidos e operantes, independente de quem seja o destinatário.

A alternativa incorreta é a alternativa C, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

| | | |
|----------------------------|-------|-------------|
| Maria da Anunciação Santos | 10019 | Professor I |
|----------------------------|-------|-------------|

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- (A) Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- (B) A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- (C) A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- (D) É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Questão 29

O desempenho das atribuições sobre pautas que indicam atitudes retas, leais, justas e honestas ao serviço público pode ser classificado como:

- (a) Um dever de improbidade de um administrador público.
- (b) Um dever de prestar contas de um administrador público.
- (c) **Um dever de probidade de um administrador público.**
- (d) Um dever de eficiência de um administrador público

A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado.

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

ASPECTO 2 – Cremos que houve um equívoco na interpretação da assertiva no que se refere à “eficiência” e “probidade”.

Entendemos que a “Eficiência” é a obtenção do melhor resultado com o uso racional dos meios. Hely Lopes Meirelles fala na eficiência como um dos deveres da Administração Pública, definindo-o como

“o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”.

Já a probidade, consiste em honradez, integridade de caráter, honestidade. A probidade configura a retidão no agir consoante tais valores perante uma dada atribuição.

Recurso Indeferido.Questão 34 – Andre

Na gestão escolar democrática, quando os professores desenvolvem atividades para que os alunos aprendam a dialogar e a negociar tal fato sinaliza qualidade na educação. O que pode ser corretamente associado ao seguinte indicador:

- [A] Informação democratizada.
- [B] Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral.
- [C] Parcerias locais e relacionamento da escola com os serviços públicos.
- [D] Tratamento aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

Considerando parâmetros de Indicadores da qualidade na educação a assertiva do enunciado trata-se de efetivo “tratamento aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola.”

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 37

A oferta de educação especial aos estudantes portadores de necessidades especiais deve:

- [A] Ter início com os serviços de apoio especializado, primordialmente.
- [B] Ter início durante a educação infantil.
- [C] Ter início no ensino fundamental.
- [D] Ter início no ensino médio.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “B”.

As disposições da presente questão estão baseadas na Lei nº 9394(1996). LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial no artigo 58 que diz

“...Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

E mais,

“§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- (a) Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- (b) A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- (c) A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- (d) É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

| | | |
|--------------------|-------|-----------------------|
| Miro Geraldo Ramos | 10586 | Professor II – Inglês |
|--------------------|-------|-----------------------|

Questão 39

Assinale a alternativa que completa a lacuna da frase abaixo.

“Hello, Paul. What are you doing?

“I _____ my glasses.”

- a) were looking
- b) had looked
- c) has been looking
- d) am looking for

Recurso Deferido

Houve um erro na divulgação do gabarito, a resposta correta é a letra “D”.

Questão 39

Assinale a alternativa que completa a lacuna da frase abaixo.

“Hello, Paul. What are you doing?

“I _____ my glasses.”

- a) were looking
- b) had looked
- c) has been looking
- d) **am looking for**

Recurso Deferido

Houve um erro na divulgação do gabarito, a resposta correta é a letra “d.”

Questão nº 32

Não assiste razão a recorrente, pois no Gabarito consta a letra D conforme divulgado.

Recurso Indeferido.

Houve um equívoco na questão.

Questão nº 02

O autor sabia o que queria transmitir com seu texto desde o primeiro parágrafo. A explicação mais adequada para essa afirmativa é a de que:

- a) O autor indaga o leitor logo nas primeiras linhas.
- b) O autor resume o cerne do texto nas primeiras linhas.
- c) O autor constrói uma lógica própria nas primeiras linhas.
- d) O autor relata sua incerteza interior nas primeiras linhas.

Razões

Somente a Alternativa B responde a questão uma vez que o autor resume a essência do texto nas primeiras linhas: “As frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar, das canoas e do cais, das borboletas nas árvores, quando as crianças são assassinadas friamente pelos nazistas? Como falar da gratuita beleza dos campos e das cidades, quando as bestas soltas no mundo ainda destroem os campos e as cidades?”.

As demais alternativas não podem ser consideradas corretas, pois é preciso ater-se ao enunciado da questão. O autor sabia o que queria transmitir com seu texto desde o primeiro parágrafo, ou seja, ele resume a essência do texto nas primeiras linhas

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 07

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo

bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.
- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

“as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar...”

“Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?”

“Porque elas estão perigando, todas elas, os triguais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto.”

“Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos...”

“Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?”

“... desde o crepúsculo aos olhos da amada...”

“... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também...”

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”. O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 30

Leia o texto abaixo e opte pela alternativa incorreta sobre o mesmo:

O artigo 492 do Código Civil presume manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida. Mas tal presunção é relativa pois, se a posse for viciada por violência ou clandestinidade, há a possibilidade de convalescência de tais vícios - cessados há mais de ano e dia.

- a) O nosso Código Civil atual, por exemplo, em seu artigo 490, prescreve: “É de boa fé a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, ou do direito possuído”; e em seu parágrafo único: “O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção”. Do disposto, vemos que será a posse de má fé quando o possuidor a exercer a despeito de estar ciente de que esta é clandestina, precária, violenta, ou encontra qualquer outro obstáculo jurídico à sua legitimidade.
- b) O legislador presume posse de boa fé quando o possuidor não tem o título hábil para conferir ou transmitir direito à posse, como a convenção, a sucessão, ou a ocupação segundo Clóvis Beviláquia. Tal presunção, entretanto, admite prova em contrário, cabendo o ônus da prova à parte reclamante. A importância da distinção entre uma espécie de posse e a outra é muito significativa, tendo em vista a variedade de seus efeitos no que tange aos frutos percebidos e benfeitorias.
- c) Para tal aplicação faz-se necessário identificarmos o instante da cessação da boa fé. Segundo o artigo 491 do nosso Código Civil: “A posse de boa fé só perde este caráter, no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente”. Portanto, a posse de boa fé se transforma em posse

de má fé ao tomar o possuidor conhecimento do vício que infirma sua posse, tendo a parte adversa o ônus de demonstrar as circunstâncias externas capazes de provar tal questionamento.

- d) Cabe ressaltar aqui que a jurisprudência dominante entende que, havendo dúvida quanto à época em que a posse se tornou viciosa, o melhor critério é fixá-la a partir da data da propositura da ação, quando os efeitos decorrentes da sentença acolhida retroagem a esta data. O legislador atual distingue ambas com o intuito de consolidar a situação de fato, que possa remir a posse dos vícios da violência e clandestinidade, como fora mostrado anteriormente, ou seja, o prazo de ano e dia.

4. Posse de Boa Fé e Posse de Má Fé:

Desde a época dos romanos (*possessio bonae fidei* e *possessio malae fidei*), esta classificação é feita sob um ângulo subjetivo do possuidor, a fim de se examinar a sua posição psicológica em face da relação jurídica.

O nosso Código Civil atual, por exemplo, em seu artigo 490, prescreve: “É de boa fé a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, ou do direito possuído”; e em seu parágrafo único: “O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção”. Do disposto, vemos que será a posse de má fé quando o possuidor a exercer a despeito de estar ciente de que esta é clandestina, precária, violenta, ou encontra qualquer outro obstáculo jurídico à sua legitimidade.

Vemos ainda que o legislador presume posse de boa fé quando o possuidor tem o título hábil para conferir ou transmitir direito à posse, como a convenção, a sucessão, ou a ocupação segundo Clóvis Beviláquia. Tal presunção, entretanto, admite prova em contrário, cabendo o ônus da prova à parte reclamante.

A importância da distinção entre uma espécie de posse e a outra é muito significativa, tendo em vista a variedade de seus efeitos no que tange aos frutos percebidos, benfeitorias, etc.

Para tal aplicação faz-se necessário identificarmos o instante da cessação da boa fé. Segundo o artigo 491 do nosso Código Civil: “A posse de boa fé só perde este caráter, no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente”. Portanto a posse de boa fé se transforma em posse de má fé ao tomar o possuidor conhecimento do vício que infirma sua posse, tendo a parte adversa o ônus de demonstrar as circunstâncias externas capazes de provar tal questionamento.

Cabe ressaltar aqui que a jurisprudência dominante entende que, havendo dúvida quanto à época em que a posse se tornou viciosa, o melhor critério é fixá-la a partir da data da propositura da ação, quando os efeitos de corrente da sentença acolhida retroagem a esta data.

5. Posse Nova e Posse Velha

O legislador atual distingue ambas com o intuito de consolidar a situação de fato, que possa remir a posse dos vícios da violência e clandestinidade, como fora mostrado anteriormente, ou seja, o prazo de ano e dia.

A alternativa **incorreta** é a alternativa B, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 31

Também no Direito Clássico, é a posse oriunda de causa reconhecida como idônea para a aquisição do domínio; a ela, além dos elementos de fato que constituem o elemento objetivo e o elemento subjetivo, acresce um elemento jurídico (a causa apta à aquisição do domínio) que é a condição fundamental para a produção das conseqüências substanciais da posse, como o usucapião, a aquisição de frutos, a utilização da ação pública.

Opte pela alternativa correta sobre o trecho exposto acima:

- a) Os legisladores atuais apontam que, para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja, que venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.
- b) Se a posse for injusta, o possuidor será garantido nela apenas contra terceiros que tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.
- c) Quanto à posse, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto, não de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes.
- d) Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse não ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta). De acordo com o Direito Romano, a aquisição de posse ou início de posse, se dá quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

Os legisladores atuais apontam que para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja que não venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.

Se a posse for injusta, o possuidor será garantido em sua posse apenas contra terceiros que não tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.

Quanto à posse ad usucapionem, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto não de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes (Código Civil, artigo 551).

Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta).

IV. Aquisição e Perda da Posse:

De acordo com o Direito Romano a aquisição de posse ou início de posse, se dá quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

A alternativa correta é a alternativa C, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 38

Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

Assinale a opção **incorreta** quanto ao trecho acima.

- a) O conceito acima se refere apenas ao ato administrativo unilateral, que é formado com a vontade única da Administração, tratando-se de ato administrativo típico. Os atos bilaterais emanados pela administração podem ser verificados nos contratos administrativos.
- b) Surge o fato administrativo como uma realização material da administração, para o cumprimento de alguma decisão. Podemos verificar preliminarmente que o ato administrativo não é sempre uma manifestação da vontade da Administração, dentro do desempenho do Poder Público. O fato administrativo, por sua vez, vem como a materialização do ato administrativo, somente considerado pelo direito no que tange às conseqüências que dele resultam no mundo dos fatos – a relação entre administrador e administrado.

- c) A competência nada mais é do que o conjunto de atribuições fixadas na lei dadas ao agente administrativo para a consecução do interesse público descrito na norma. Essa mesma lei define a atribuição e estabelece seus limites, dando-lhe competência. Assim, esta norma atribui ao agente público o poder-dever de executar o ato.
- d) Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração.

“Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenham por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.” (MEIRELLES, 2006. p. 149)

Este conceito se refere apenas ao ato administrativo unilateral, que é formado com a vontade única da Administração, podemos dizer que via de regra assim se forma o ato, o ato administrativo típico. Os atos bilaterais emanados pela administração, podem-se verificar nos contratos administrativos.

Necessitamos traçar um paralelo entre o ato administrativo e o fato administrativo. Surge o fato administrativo como uma realização material da administração, para o cumprimento de alguma decisão. Podemos verificar preliminarmente que o ato administrativo é sempre uma manifestação da vontade da Administração, dentro do desempenho do Poder Público. O fato administrativo, por sua vez, vem como a materialização do ato administrativo, somente considerado pelo direito no que tange às conseqüências que dele resultam no mundo dos fatos – a relação entre administrador e administrado.

Outra diferença que podemos encontrar nesta mesma seara – e também para fins de diferenciação – é o ato administrativo e ato da Administração. O primeiro (que é o objeto do presente estudo) são os atos da gestão administrativa, uma vez que atos da administração são aqueles realizados materialmente pela Administração.

3. Requisitos

3.1. Competência

A competência nada mais é do que o conjunto de atribuições fixadas na lei dando ao agente administrativo para a consecução do interesse público descrito na norma. Essa mesma lei é quem define a atribuição e estabelece seus limites, dando a competência. Assim, esta norma atribui ao agente público o poder-dever de executar o ato.

Podemos comparar este conjunto de atribuições com a capacidade no direito privado. A capacidade é definida como a qualidade imputada à alguém a titularidade de relações jurídicas.

Temos atribuições de competências a princípio discriminadas na Constituição, ou em legislação administrativa quando é possível a delegação. Caso houver norma disposta sobre esse assunto, a competência originária do órgão deve estar discriminada em lei.

“Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja, o poder jurídico para manifestar a vontade da Administração.” (MEIRELLES, 2006. p. 151)

Dentre o pequeno trecho citado, podemos evidenciar este requisito como condição primeira da validade do ato administrativo. Assim sendo, seja o ato vinculado ou discricionário, não poderá ser validamente realizado se não tiver à disposição do agente o poder legal para realizá-lo.

Esta competência é requisito de ordem pública, sendo intransferível e improrrogável pela vontade de quem a detenha. Dentro da legalidade, pode ser avocada ou delegada – dentro de situações permitidas por normas regulamentadoras da Administração. Sem que haja lei para assim proceder, o administrador não pode a seu bel-prazer dispor desta conforme seu interesse.

3.2. Forma

Forma é a maneira pela qual o ato se apresenta, revela sua existência. A princípio, deve ser escrito. Esse modo é de suma importância, uma vez que surge como garantia contra arbitrariedades do administrador, contra um eventual abuso de poder.

O requisito vem como sendo o revestimento exteriorizador, imprescindível à sua perfeição como ato administrativo. Na relação entre particulares, predomina a livre manifestação da vontade. Na Administração Pública, há a exigência de procedimentos especiais prescritos em lei, sendo então a forma legal para a expressão válida dos atos.

A alternativa incorreta é a alternativa B, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Priscila Gomes Lessa

9055

Fisioterapeuta

Dúvida no Recurso Perguntar Verônica .

Questão nº39

39. Analise as afirmativas sobre os objetivos da fisioterapia na doença de Alzheimer:

- I- Diminuir a progressão e efeitos dos sintomas da doença;
- II - Evitar ou diminuir complicações e deformidades;
- III - Manter as capacidades funcionais do paciente (sistema cardiorrespiratório);
- IV - Manter ou recuperar a independência funcional nas atividades de vida diária até o início da fase de cura do paciente;
- V - Evitar contraturas e encurtamento musculares (imobilização no leito).

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas são corretas.
- b) Todas as afirmativas são incorretas.
- c) **Apenas a afirmativa IV está incorreta.**
- d) Apenas a afirmativa IV está correta.

Resposta: C

Recurso indeferido.

A resposta correta da questão número um é a letra “c”, pois:

A argumentação da candidata não possui lógica, pois a questão acima não está relacionada à química conforme citado pela candidata.

Sendo assim, considera-se indeferido o pedido de recurso.

Questão 40

Candidatos: Priscila Gomes Lessa

10. O que significa COFITO:

- a) Convênio Físico de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- b) Convênio Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- c) Conselho da Fundação de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- d) Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

Resposta: DRecurso indeferido.

A resposta correta da questão número um é a letra “d”, pois:

A argumentação da candidata não possui lógica, pois a questão acima não está relacionada à química conforme citado pela candidata.

Sendo assim, considera-se indeferido o pedido de recurso.

Rodrigo Caldeira Silva

9226

AdvogadoQuestão 15

O substantivo abstrato que completa corretamente a lacuna da frase abaixo é:

“O (A) _____ da manhã aos poucos ia esmaecendo, dando lugar ao sol.”

- a) Negrura
- b) Negritude
- c) Negrume
- d) Negror

Razões

A resposta correta da questão quinze pode ser duas alternativas, o que é inaceitável. O enunciado foi elaborado erroneamente.

Recurso Deferido.

Questão anulada.

Questão 28

O Direito Civil moderno distingue a posse, quanto ao seu exercício, em direta e indireta.

Opõe pela alternativa correta sobre o trecho exposto acima:

- a) A composses no Direito moderno não se alterou muito. O nosso Código Civil, por exemplo, em seu artigo 488 afirma: “Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa ou estiverem no gozo do mesmo direito, poderá cada uma exercer sobre o objeto comum atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.”
- b) Há um desdobramento da relação possessória. O Código Civil, em seu artigo 486, nos mostra que o usufrutuário, o depositário, o credor pignoratício, o locatário e o comodatário são possuidores indiretos, pois todos detêm a coisa que lhes foi transferida pelo dono, mas este, ao transferir a coisa, conservou a posse indireta, por força de seu direito dominial.
- c) A lei, reconhecendo o possuidor direto e o possuidor indireto, não dá a ambos a possibilidade de recorrer aos interditos (ações) para proteger sua posição ante terceiros, além de conceder-lhes tais remédios possessórios um contra o outro, se necessário for.
- d) Desde o Direito Romano, decorre a não simultaneidade da existência da posse por mais de um possuidor, desde que o exercício por mais de um compossuidor não impeça o exercício por parte do outro. Assim, os romanos não admitiam a *possessio in solidum*, ou seja, que várias pessoas possuíssem a mesma coisa sem recíprocas limitações.

III. Espécies e Qualificações da Posse

1. Posse Direta e Indireta:

O Direito Civil moderno distingue a posse, quanto ao seu exercício, em direta e indireta.

Diz-se indireta a posse quando o seu titular, afastando de si por sua própria vontade a detenção da coisa, continua a exercê-la imediatamente após haver transferido a outrem a posse direta.

Há um desdobramento da relação possessória. O Código Civil em seu artigo 486 nos mostra que o usufrutuário, o depositário, o credor pignoratício, o locatário e o comodatário são possuidores diretos, pois todos detêm a coisa que lhes foi transferida pelo dono, mas este, ao transferir a coisa, conservou a posse indireta, por força de seu direito dominial.

Assim, a lei reconhecendo o possuidor direto e o possuidor indireto, dá a ambos a possibilidade de recorrer aos interditos (ações) para proteger sua posição ante terceiros, além de conceder-lhes tais remédios possessórios um contra o outro, se necessário for.

2. Composse:

Desde o Direito Romano, decorre a simultaneidade da existência da posse por mais de um possuidor, desde que o exercício por mais de um compossuidor não impeça o exercício por parte do outro. Assim, os romanos não admitiam a possessio in solidum, ou seja, que várias pessoas possuíssem a mesma coisa sem recíprocas limitações.

A composse no Direito moderno não se alterou muito. O nosso Código Civil, por exemplo, em seu artigo 488 afirma: “Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa ou estiverem no gozo do mesmo direito, poderá cada uma exercer sobre o objeto comum atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.”

Desta forma, os cônjuges no regime de comunhão de bens (compossuidores sobre patrimônio comum) e os condôminos que são compossuidores podem reclamar a proteção possessória caso sejam turbados, esbulhados, ou ameaçados em sua posse, contra terceiros ou mesmo seus consortes.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “A” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 30

Leia o texto abaixo e opte pela alternativa incorreta sobre o mesmo:

O artigo 492 do Código Civil presume manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida. Mas tal presunção é relativa pois, se a posse for viciada por violência ou clandestinidade, há a possibilidade de convalescência de tais vícios - cessados há mais de ano e dia.

- a) O nosso Código Civil atual, por exemplo, em seu artigo 490, prescreve: “É de boa fé a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, ou do direito possuído”; e em seu parágrafo único: “O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção”. Do disposto, vemos que será a posse de má fé quando o possuidor a exercer a despeito de estar ciente de que esta é clandestina, precária, violenta, ou encontra qualquer outro obstáculo jurídico à sua legitimidade.
- b) O legislador presume posse de boa fé quando o possuidor não tem o título hábil para conferir ou transmitir direito à posse, como a convenção, a sucessão, ou a ocupação segundo Clóvis Beviláquia. Tal presunção, entretanto, admite prova em contrário, cabendo o ônus da prova à parte reclamante. A importância da distinção entre uma espécie de posse e a outra é muito significativa, tendo em vista a variedade de seus efeitos no que tange aos frutos percebidos e benfeitorias.

- c) Para tal aplicação faz-se necessário identificarmos o instante da cessação da boa fé. Segundo o artigo 491 do nosso Código Civil: “A posse de boa fé só perde este caráter, no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente”. Portanto, a posse de boa fé se transforma em posse de má fé ao tomar o possuidor conhecimento do vício que infirma sua posse, tendo a parte adversa o ônus de demonstrar as circunstâncias externas capazes de provar tal questionamento.
- d) Cabe ressaltar aqui que a jurisprudência dominante entende que, havendo dúvida quanto à época em que a posse se tornou viciosa, o melhor critério é fixá-la a partir da data da propositura da ação, quando os efeitos decorrentes da sentença acolhida retroagem a esta data. O legislador atual distingue ambas com o intuito de consolidar a situação de fato, que possa remir a posse dos vícios da violência e clandestinidade, como fora mostrado anteriormente, ou seja, o prazo de ano e dia.

4. Posse de Boa Fé e Posse de Má Fé:

Desde a época dos romanos (*possessio bonae fidei* e *possessio malae fidei*), esta classificação é feita sob um ângulo subjetivo do possuidor, a fim de se examinar a sua posição psicológica em face da relação jurídica.

O nosso Código Civil atual, por exemplo, em seu artigo 490, prescreve: “É de boa fé a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, ou do direito possuído”; e em seu parágrafo único: “O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção”. Do disposto, vemos que será a posse de má fé quando o possuidor a exercer a despeito de estar ciente de que esta é clandestina, precária, violenta, ou encontra qualquer outro obstáculo jurídico à sua legitimidade.

Vemos ainda que o legislador presume posse de boa fé quando o possuidor tem o título hábil para conferir ou transmitir direito à posse, como a convenção, a sucessão, ou a ocupação segundo Clóvis Beviláquia. Tal presunção, entretanto, admite prova em contrário, cabendo o ônus da prova à parte reclamante.

A importância da distinção entre uma espécie de posse e a outra é muito significativa, tendo em vista a variedade de seus efeitos no que tange aos frutos percebidos, benfeitorias, etc.

Para tal aplicação faz-se necessário identificarmos o instante da cessação da boa fé. Segundo o artigo 491 do nosso Código Civil: “A posse de boa fé só perde este caráter, no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente”. Portanto a posse de boa fé se transforma em posse de má fé ao tomar o possuidor conhecimento do vício que infirma sua posse, tendo a parte adversa o ônus de demonstrar as circunstâncias externas capazes de provar tal questionamento.

Cabe ressaltar aqui que a jurisprudência dominante entende que, havendo dúvida quanto à época em que a posse se tornou viciosa, o melhor critério é fixá-la a partir da data da propositura da ação, quando os efeitos de corrente da sentença acolhida retroagem a esta data.

5. Posse Nova e Posse Velha

O legislador atual distingue ambas com o intuito de consolidar a situação de fato, que possa remir a posse dos vícios da violência e clandestinidade, como fora mostrado anteriormente, ou seja, o prazo de ano e dia.

A alternativa **incorreta** é a alternativa B, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 31

Também no Direito Clássico, é a posse oriunda de causa reconhecida como idônea para a aquisição do domínio; a ela, além dos elementos de fato que constituem o elemento objetivo e o elemento subjetivo, acresce um elemento jurídico (a causa apta à aquisição do domínio) que é a condição fundamental para a produção das conseqüências substanciais da posse, como o usucapião, a aquisição de frutos, a utilização da ação pública.

Opte pela alternativa correta sobre o trecho exposto acima:

- a) Os legisladores atuais apontam que, para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja, que venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.
- b) Se a posse for injusta, o possuidor será garantido nela apenas contra terceiros que tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.
- c) Quanto à posse, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto, não de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes.
- d) Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse não ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta). De acordo com o Direito Romano, a aquisição de posse ou início de posse, se dá quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

Razões

Os legisladores atuais apontam que para se conferir a proteção dos interditos à posse, basta que ela seja justa, ou seja que não venha eivada dos vícios já mencionados. Assim, o titular de uma posse justa pode reclamar e obter proteção possessória contra quem o esbulhe, o perturbe, ou o ameace em sua posse, incluindo o proprietário da coisa.

Se a posse for injusta, o possuidor será garantido em sua posse apenas contra terceiros que não tenham sido vítimas da violência, da clandestinidade, ou da precariedade, enfim, de terceiros que não tenham melhor posse.

Quanto à posse ad usucapionem, os juristas atuais a classificam como aquela capaz de deferir a seu titular o usucapião da coisa gerando o seu domínio. Para isto não de ser supridos requisitos legais tais como a aquisição pela posse mansa e pacífica, com justo título e boa fé, por um período de dez anos entre presentes ou de quinze entre ausentes (Código Civil, artigo 551).

Todavia, a lei presume boa fé e justo título, se a posse ultrapassar o tempo de vinte anos, independentemente de como foi obtida (presunção absoluta).

IV. Aquisição e Perda da Posse:

De acordo com o Direito Romano a aquisição de posse ou início de posse, se dá quando concorrem os seus dois elementos constituintes: fato externo - o corpus (apreensão) e um fato interno - animus (intenção), isto é, quando ocorre um ato material ligado a uma certa vontade.

A alternativa correta é a alternativa C, portanto a questão não deve ser anulada.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa "C" divulgada no Gabarito Oficial.

| | | |
|------------------------------|------|-------------|
| Rosiane Alves Balbino Soares | 1036 | Professor I |
|------------------------------|------|-------------|

Questão 06

O autor cita um apólogo mineiro para enriquecer o texto. Qual o significado de apólogo?

- a) Aneota.
- b) Fábula.
- c) Piada.
- d) Historieta.

Razões

Ⓐ) Aneota. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

Ⓑ) Fábula. (Resposta correta. Segundo o dicionário Michaelis, apólogo é alegoria moral, em que geralmente os animais ou coisas inanimadas falam e procedem como os homens, ou seja, o mesmo que fábula. “Apólogo mineiro: o boi velho e o boi jovem, no alto do morro — lá embaixo uma porção de vacas pastando. O boizinho, incontento: — Vamos descer correndo, correndo e pegar umas dez? E o boizão, tranqüilamente: — Não: vamos descer devagar, e pegar todas.” No trecho há animais que falam e procedem como homens e ainda há também o fundo moral.)

Ⓒ) Piada. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

Ⓓ) Historieta. (Resposta incorreta. O teor da alternativa não condiz com o enunciado da questão.)

Julgamento

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

| | | |
|------------------------|------|-----------|
| Senillo Batista Gusmão | 9549 | Motorista |
|------------------------|------|-----------|

Questão 37

Araçuaí: Jovem morre após fazer ultrapassagem proibida.

Disponível em <http://aranas.com.br>, 26/10/2011, acesso em 04.02.2012

Todo condutor ao efetuar a ultrapassagem deve:

- a) Fazer a ultrapassagem o mais rápido possível, permitindo ultrapassar apenas três carros da pista pretendida.
- b) Indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.
- c) Ficar bem próximo do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que não deixe distância lateral.
- d) Acelerar o veículo ao máximo para percorrer a pista contrária o mais breve possível, sem acionar a luz indicadora de direção do veículo.

Razões

As argumentações do candidato ao cargo contra a presente questão procedem de acordo com a Lei nº 9.503 (1997).

Recurso DEFERIDO

Questão anulada

| | | |
|-----------------------|------|-------------|
| Silvane Marques Costa | 9119 | Professor I |
|-----------------------|------|-------------|

Questão 39

De acordo com LDB (1996), sobre a educação infantil só não se pode afirmar que:

- a) Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos.
- b) A educação infantil pode complementar a ação educativa da família e da comunidade.
- c) A educação infantil visa o desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológicos, intelectual e social.
- d) É a primeira modalidade da educação básica.

Razões

Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

A alternativa “A” não condiz com o disposto no artigo 29 da Lei nº 9394(1996) que diz:

“Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

diante do exposto acima optamos pela anulação da questão, uma vez que a mesma apresenta duas respostas esperadas.

Recurso DEFERIDO

Questão Anulada

Silvia Fernanda Alves Teixeira

10935

Professor II - Matemática

O Edital foi disponibilizado 60(sessenta) dias antes das inscrições e não cabe recurso referente a este item de Certame.

Recurso Indeferido.

Telma Orneles de Lima

9049

Psicólogo

Questão 06

Para o autor, o que corre perigo?

- a) As crianças
- b) As alegrias
- c) Os reféns dos hitleristas
- d) A vida dos oprimidos

Razões

A única alternativa que responde a questão é a Alternativa B, uma vez que essa conclusão pode ser corroborada claramente no trecho: “Não posso falar dessas coisas de todos os dias, dessas alegrias de todos os instantes. Porque elas estão perigando, todas elas, os trigais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto”. Esse fragmento faz com que essa alternativa se imponha às outras. Pois as crianças, os reféns e a vida dos oprimidos são alegrias.

Na alternativa A, o autor não cita que as crianças correm perigo. Na alternativa C o autor não cita que os reféns dos hitleristas correm perigo e na alternativa D, autor não cita que a vida dos oprimidos corre perigo.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “B” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explicar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.
- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo.

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

“as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar...”

“Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?”

“Porque elas estão perigando, todas elas, os trigais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto.”

“Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos...”

“Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?”

“... desde o crepúsculo aos olhos da amada...”

“... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também...”

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”. O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 15

O substantivo abstrato que completa corretamente a lacuna da frase abaixo é:

“O (A) _____ da manhã aos poucos ia esmaecendo, dando lugar ao sol.”

- a) Negrura
- b) Negritude
- c) Negrume
- d) Negror

Razões

A resposta correta da questão quinze pode ser duas alternativas, o que é inaceitável. O enunciado foi elaborado erroneamente. Portanto, a questão deve ser anulada.

Recurso Deferido.

Orislene Erika Bandeira

85

Psicólogo

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Valdete Alves de Passos

9039

Pedagogo

Questão 7

O autor substituiu os assuntos sobre os quais costumeiramente discursava. E, agora, relata outro por:

- a) Obrigação
- b) Compaixão
- c) Indignação
- d) Preferência

Razões

Somente a alternativa D responde a questão, pois o autor, diferente das alternativas anteriores, mantém a preferência ao longo do texto. Isso pode ser corroborado em vários trechos, mas principalmente neste: “Outros que falem, se quiserem, das árvores nas tardes agrestes, das rosas em coloridos variados, das flores simples e dos versos mais belos e mais tristes. Outros que falem as grandes palavras de amor para a bem-amada, outros que digam dos crepúsculos e das noites de estrelas. Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos, vejo o crepúsculo bordando a cidade”. O “se quiserem” salienta é que questão de querer, de preferir escrever sobre o assunto. No desenvolvimento do texto, o autor prova sua preferência constantemente. Deixando os belos assuntos de lado para explanar outros. O autor não dá indícios de que escreveu sobre as tragédias por pura obrigação, muito pelo contrário, o que exclui a alternativa A; O autor não dá indícios, ao longo do texto, de que escreveu sobre as tragédias apenas por compaixão, o que exclui a alternativa B e o autor não sustenta a indignação ao longo do texto, o que exclui a alternativa C.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “D” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 08

Após analisar as palavras do autor pode-se assegurar que:

- a) Ele seguirá defendendo suas opiniões.
- b) Ele continuará a escrever sobre o ódio.
- c) Ele admira alguém, mesmo que esse alguém seja o leitor.
- d) É possível fazer com que o amor perdure sobre o mundo.

Razões

A alternativa que responde a questão é a Alternativa C, pois é preciso analisar as palavras no contexto e não isoladamente. Interpretar é ler o que há nas entrelinhas. É decodificar. Ao longo do texto, o autor faz citações sobre alguém que possivelmente admira:

“as frases perdem seu sentido, as palavras perdem sua significação costumeira, como dizer das árvores e das flores, dos teus olhos e do mar...”

“Como falar, então, da beleza, dessa beleza simples e pura da farinha e do pão, da água da fonte, do céu azul, do teu rosto na tarde?”

“Porque elas estão perigando, todas elas, os trigais e o pão, a farinha e a água, o céu, o mar e teu rosto.”

“Não tenho palavras, não tenho frases, vejo as árvores, os pássaros e a tarde, vejo teus olhos...”

“Como então ficar de olhos fechados para tudo isto e falar, com as palavras de sempre, com as frases de ontem, sobre a paisagem e os pássaros, a tarde e os teus olhos?”

“... desde o crepúsculo aos olhos da amada...”

“... sobre a pura água da fonte e sobre o mar, sobre teus olhos também...”

A alternativa A não pode ser correta uma vez que o texto não sustenta a conclusão de que o autor seguirá defendendo suas opiniões. É fácil observar isso quando ele ressalta: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”. O que ele faz hoje será diferente do que ele fará amanhã.

A alternativa B não pode ser correta pois, corrobora com trecho: “amanhã saberei de novo palavras doces e frases cariciosas. Hoje só sei palavras de ódio, palavras de morte”

E por fim a alternativa D, o autor cita isso em um trecho isolado e não ao longo do texto.

Recurso INDEFERIDO

Fica mantida alternativa “C” divulgada no Gabarito Oficial.

Questão 15

O substantivo abstrato que completa corretamente a lacuna da frase abaixo é:

“O (A) _____ da manhã aos poucos ia esmaecendo, dando lugar ao sol.”

- a) Negrura
- b) Negritude
- c) Negrume
- d) Negror

Razões

A resposta correta da questão quinze pode ser duas alternativas, o que é inaceitável. O enunciado foi elaborado erroneamente. Portanto, a questão deve ser anulada

Recurso Deferido.

Questão anulada.

Wilker Martins Chaves

9014

Agente Administrativo

Questão 24

O bioma característico do município de Araçuaí (MG) é a mata atlântica. E deste bioma pode-se afirmar que:

- a) A Mata Atlântica é caracterizada pela presença de árvores de médio e grande porte, formando uma floresta fechada e densa.
- b) É reconhecida por sua rica biodiversidade, com presença de diversas espécies animais e vegetais.
- c) Na Mata Atlântica, as árvores de grande porte formam um microclima na mata, gerando sombra e umidade.
- d) Nesse bioma, há forte presença de arbustos com galhos retorcidos e com raízes profundas, além de presença de cactos e bromélias.

Razões

As alternativas “A”, “B” e “C” procedem à temática “mata atlântica”. O que compromete à bservamos que o enunciado deveria solicitar marcação da “exceção” à temática “mata atlântica”, o que comprometeu o bom entendimento da mesma. Optamos, portanto, pela anulação da mesma.

Recurso DEFERIDO

Questão anulada